

DA COLONIZAÇÃO DAS TERRAS NOVAS À REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: O EXEMPLO DO RIO GRANDE DO SUL

Rosa Maria Vieira Medeiros**

Após se ter percorrido de uma maneira dinâmica, de uma forma ativa, a história do povoamento do Rio Grande do Sul, onde se procurou identificar especificamente a grande mudança ocorrida na região de maior dinamicidade do Estado, o Alto Uruguai, através dos municípios de Santa Rosa, Tenente Portela e Erechim foi possível chegar a algumas conclusões importantes.

A região do Alto Uruguai, com toda a sua movimentação de colonos que chegam, de colonos que partem, de colonos que ficam, foi o palco da grande abertura para o caminho em direção à reforma agrária brasileira.

Esses colonos que lá chegaram como pioneiros desbravando terras, abrindo clareiras nas matas, sobrevivendo num mundo para muitos deles desconhecido, construíram cidades e desenvolveram regiões. Eles não desistiram quando a modernização da agricultura chegou ao Planalto Gaúcho e a soja ocupou seu espaço de sobrevivência. Procuraram novas alternativas: alguns partiram para outras áreas distantes levando sua tradição e sua experiência camponesa, outros foram atraídos pela cidade que hoje os expulsa. Mas houve aqueles que ficaram e que não desistiram diante da dificuldade, diante da luta pelo seu direito de ter acesso à terra. Eles se organizaram, reivindicaram, resistiram e venceram. Eles criaram o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MST.

Hoje o MST é uma realidade nacional. Hoje esses colonos mostram o resultado de sua luta na forma de assentamentos dinâmicos, adaptados às condições naturais de sua localização, inovadores na busca de novas alternativas de produção e na incorporação de novas tecnologias.

Esses assentamentos já são uma realidade em todo o Brasil. Mas nem todos tiveram o mesmo desenvolvimento, apesar de todos eles possuírem uma vontade enorme de produzirem, de vencerem, de sobreviverem. O que os diferencia realmente são suas ambições, pois enquanto para alguns é suficiente a terra para produzir para meramente sobreviverem; para outros é forte a necessidade de se integrarem ao mercado produtor para que assim possam ter acesso a uma melhor qualidade de vida. Essas diferenças foram identificadas através da comparação entre os assentamentos do Rio Grande do Sul e da Paraíba.

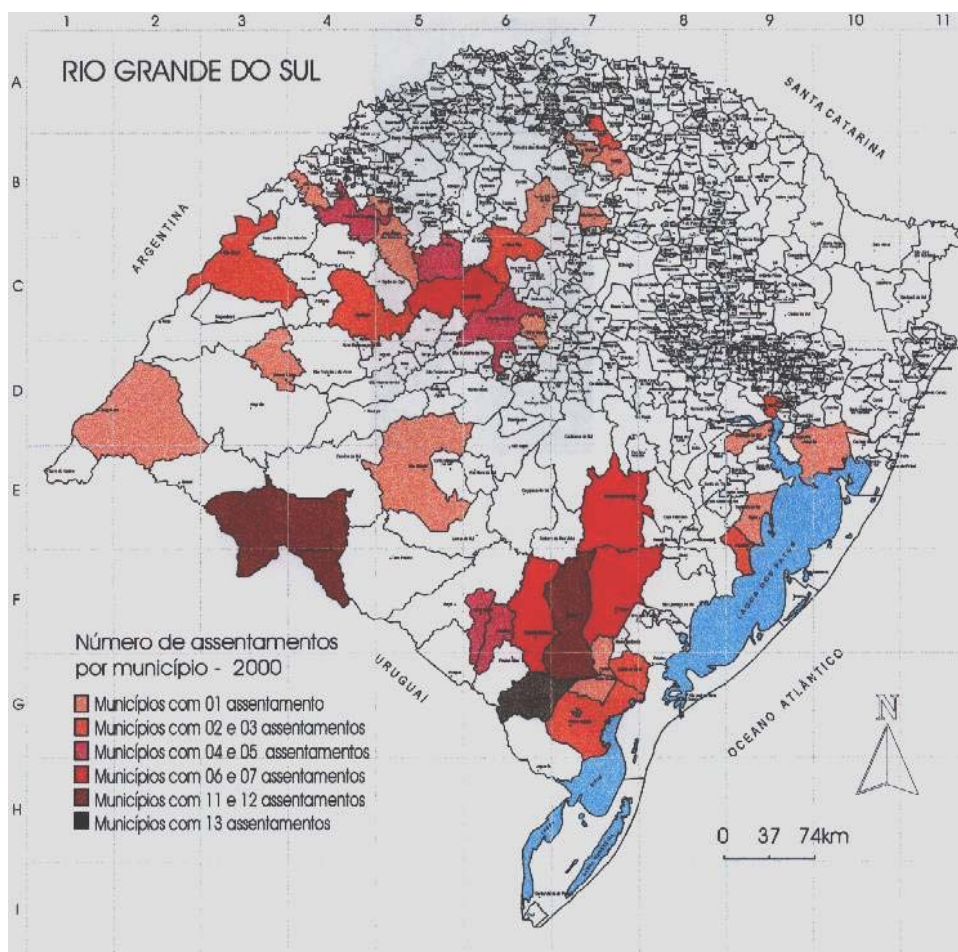
Para o Rio Grande do Sul buscou-se a constatação dessa realidade dos assentamentos através da pesquisa feita junto a quatro assentamentos do Norte do Rio Grande do Sul (Figura 1).

O primeiro assentamento a ser pesquisado, foi o assentamento 29 de Outubro, criado em 29 de outubro de 1991, no município de Trindade do Sul. Possui uma área de 599 hectares divididos entre 47 famílias, em sua maioria de origem italiana, organizadas em quatro associações cuja origem remonta ao período em que ainda estavam acampadas na fazenda Annoni. Para cada associação o número de famílias varia entre 10 e 20, cabendo a cada uma delas um lote de 12,5 hectares. Este assentamento possui uma agrovila onde se localizam as casas daqueles que optaram pelo trabalho coletivo bem como o centro comunitário e a escola.

* Profa. Dra. do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Figura 1

Rio Grande do Sul com a localização dos assentamentos, por município, para o período de 1985 a 2000.



O assentamento Nova Ronda Alta, segundo a ser pesquisado, localizado no município de Ronda Alta, teve início em 1983 e ocupa uma área de 108 hectares que foi comprada pela Igreja Católica com o objetivo de instalar parte dos colonos acampados em Encruzilhada Natalino. O assentamento é constituído por apenas 10 famílias, na maioria de origem italiana, organizadas numa única agrovila onde também está instalada a escola. O trabalho neste assentamento iniciou de forma coletiva mas após sete anos, por divergências internas, algumas famílias optaram pelo trabalho individual, afastando-se assim das atividades coletivas.

O terceiro assentamento é o de Potreiro Bonito, localizado em Palmeira das Missões, possui uma área de 143 hectares onde estão assentadas doze famílias vindas do acampamento Quero-Quero, que se dedicam assim como os anteriores a uma agricultura diversificada não se integrando à agroindústria e se organizando em grupos para melhor organizarem sua produção. O assentamento não está organizado em forma de agrovila, os lotes são todos individuais e não possui uma escola para atender as crianças.

O último assentamento a ser pesquisado foi o de Bom Retiro, também em Palmeira das Missões, que foi organizado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, e que ocupa uma área de 1048 hectares, dividida em 66 lotes individual, com apenas 55 famílias efetivamente residentes no assentamento.

Ao realizar essa pesquisa cujo ponto principal foram as entrevistas feitas nas famílias dos assentamentos, foi possível identificar o perfil heterogêneo desses assentados, principalmente no que se refere à qualidade de vida e à dinâmica de cada assentamento. Foram elaboradas perguntas que envolviam desde origem étnica, escolaridade, partido político, organização da produção, etc

Na questão referente ao engajamento ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, os assentados do 29 de Outubro deixaram clara a influência da Igreja, do sindicato e de outros agricultores

companheiros. No entanto, no assentamento Nova Ronda Alta, foram os familiares acampados que influenciaram na sua decisão de acampar. Em Potreiro Bonito, a influência veio da parte de vizinhos e amigos, e no assentamento Bom Retiro, foi em razão da sua expulsão da reserva indígena de Nonoai. Nos assentamentos Bom Retiro e Potreiro Bonito foi identificada a presença de agricultores que não participaram dos acampamentos pois obtiveram seu lote de terras através da compra e/ou troca com algum assentado.

Em relação ao local de onde vieram antes de acamparem, identificou-se que eles não procuraram ficar distante da terra colonizada por seus antepassados, tanto que no assentamento 29 de Outubro, 48% dos assentados vieram do município de Ronda Alta, enquanto que em Nova Ronda Alta, 50% vieram de Constantina e em Potreiro Bonito 50% vieram de Rondinha. Já no assentamento Bom Retiro os colonos vieram de diferentes localidades, mas todas elas ainda dentro da região do Alto Uruguai.

O tempo de acampamento variou de um assentamento para o outro, mas não entre os colonos do mesmo assentamento. No assentamento 29 de Outubro esse período variou entre 5 e 6 anos para todos os assentados. Em Nova Ronda Alta, todos os assentados acamparam 3 ou 4 anos. Tempos diferentes de acampamento apareceram nos assentamentos de Bom Retiro e Potreiro Bonito, onde ocorreram vendas de lotes do assentamento e onde 65 % das famílias acamparam num período de 3 a 4 anos e 35% sequer participaram do MST e muito menos acamparam.

Quanto ao tempo de residência na cidade, esses assentados afirmaram que em momento algum abandonaram o meio rural e que apenas os que acamparam (56,25%) conheceram Porto Alegre, tanto que 43,75% dos assentados sequer permaneceu um dia na cidade.

A origem étnica dos assentados mostrou que entre os homens (45,8%) predomina a origem italiana principalmente nos assentamentos 29 de Outubro, Nova Ronda Alta e Potreiro Bonito. Em segundo lugar estão os brasileiros (20,8%). Identificou-se também a presença de colonos de origem alemã e polonesa mesclados ou não aos brasileiros, e aqueles que se autodenominaram de "caboclos". As mulheres são, na maioria, de origem italiana para os quatro assentamentos (41,6%) seguidas pelas brasileiras (29,1%). Contudo foi entre elas que mais se identificou a condição de caboclos.

Quanto à idade desses assentados, verificou-se que a maioria está entre 30 e 40 anos (58,3%). O assentamento 29 de Outubro foi o que apresentou a população masculina mais jovem, concentrada entre 30 e 35 anos (56%), seguido por Nova Ronda Alta, onde 50% dos homens assentados possuíam entre 35 e 40 anos de idade. Os colonos de Potreiro Bonito e Bom Retiro se encontravam na faixa etária de 40 e mais de 50 anos.

Esta característica vai se refletir no número de filhos por família, pois 64,5% das famílias jovens possuíam 3, 2, 1 ou nenhum filho. Onde os homens eram mais velhos, as famílias eram mais numerosas (Bom Retiro e Potreiro Bonito). Já em Nova Ronda Alta, 50% das famílias possuíam 2 ou 3 filhos, as demais possuíam entre 4 e 6 filhos. No assentamento 29 de Outubro predominam famílias com no máximo 3 filhos.

Esta variável pode ser relacionada à escolaridade das mulheres que é justamente mais elevada onde o número de filhos por família é menor. No caso de Bom Retiro e Potreiro Bonito foram identificados homens e mulheres analfabetos, enquanto que em Nova Ronda Alta havia uma mulher com nível de instrução superior. A maioria das mulheres (66,6%) chegou ao final da quarta ou da quinta série do ensino fundamental. Também a maioria dos homens (66,6%) se situou nesta faixa de nível de instrução, havendo apenas um com segundo grau completo. No entanto o número de homens, entre analfabetos e que cursaram até a terceira série do ensino fundamental (22,9%) é superior ao das mulheres (16,6%), uma vez que muito cedo os meninos são integrados à força de trabalho no campo.

A renda familiar desses assentados ficava entre 100 e 300 reais (86,9%). Mas o maior número de famílias possuía renda entre 200 reais e 300 reais mensais (56,5%).

Quanto ao número de irmãos dos assentados, tanto para os homens quanto para as mulheres identificou-se que eles vêm de famílias numerosas entre 7 e 9 irmãos em sua maioria (92,8% para as mulheres e 78,5% para os homens).

A religião foi um outro dado investigado, e o catolicismo é que predomina entre os assentados, mas já existindo alguns evangélicos ou crentes.

O último dado investigado entre os assentados foi relativo ao partido político havendo uma preferência quase que homogênea pelo Partido dos Trabalhadores. Os que não estavam ligados ao PT eram exatamente os assentados "crentes" ligados às igrejas evangélicas, que dessa forma procuravam demonstrar efetivamente o caráter disciplinar e submisso de sua religião.

A análise do conjunto dessas informações permitiu estabelecer um perfil para esses agricultores que possibilita chegar a algumas conclusões importantes tais como:

- assentados jovens, são mais dinâmicos, melhor organizados, facilmente adaptáveis às inovações tecnológicas e produtivas visando o mercado interno e externo;
- a herança camponesa identificada através das diferentes origens étnicas é fator influente na dinâmica dos assentamentos o que a história do povoamento do Rio Grande do Sul registra bem;
- os assentados mais jovens são preocupados com o planejamento familiar, com educação, escolaridade e futuro dos filhos;
- as mulheres não se restringem aos afazeres domésticos, contribuem com seu trabalho na renda familiar, discutem decisões, participam de reuniões em diferentes níveis, divulgam a participação da mulher trabalhadora rural;
- o trabalho coletivo é uma prática dos assentados mais jovens;
- a integração à agroindústria pareceu ser crescente pois foi considerada como uma forma de obter uma renda que garanta a sobrevivência familiar e sua permanência na terra;
- a presença de evangélicos (crentes) identificada como opção pós-acampamento, pois a característica de luta, de persistência, de resistência do acampamento em nada combina com o caráter disciplinar e até subserviente da nova religião.

Os aspectos positivos encontrados a partir dessa análise permitiram pois, chegar a respostas importantes e significativas. A primeira delas é que o assentamento, é portanto uma resposta à sociedade brasileira, ao governo e a todos aqueles que não acreditam na viabilidade da Reforma Agrária. Os exemplos positivos em muito superam o que de negativo acontece entre os assentados e nos assentamentos. Os assentados estão prontos para darem seus depoimentos, para mostrarem tudo o que estão fazendo, o quanto estão produzindo e como estão vivendo.

Mas o exemplo do Rio grande do Sul não é por si só suficiente para se pensar Reforma Agrária para o Brasil. Há que se buscar outras realidades para se ter assim a visão real do campo brasileiro. Para que isso fosse possível realizou-se uma pesquisa durante um período na Paraíba com o objetivo principal de estabelecer alguns parâmetros entre esse estado e o Estado do Rio Grande do Sul, berço do Movimento dos Agricultores sem Terra do Brasil.

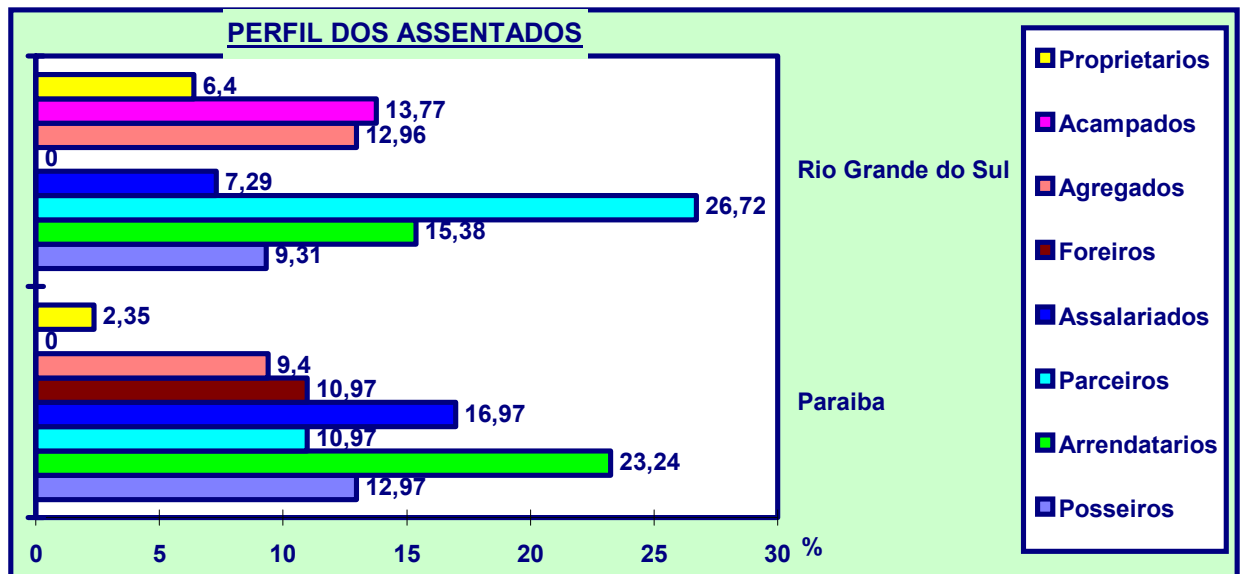
Nos primeiros contatos feitos já foi possível identificar um aspecto distinto entre os dois estados. Este aspecto se refere exatamente à liderança e organização do movimento que no Rio Grande do Sul tem o MST liderando as ocupações, negociando com o INCRA, realizando manifestações, organizando os assentamentos, enquanto que no estado da Paraíba, a liderança de toda a organização do movimento cabe à Comissão Pastoral da Terra e ao Sindicato Rural.

Isto não significa que o MST não tenha chegado até aquele estado. O MST, assim como fez em todo o Brasil, também chegou até a Paraíba com a idéia de organizar os trabalhadores rurais sem terra, mas a sua experiência de ocupação de terra e de acampamento não era a mesma dos paraibanos. Ocorre que enquanto no RS a grande maioria dos acampados é de origem camponesa, na Paraíba uma parcela significativa vem da cidade sem ter tido muitas vezes qualquer experiência de trabalho na agricultura.

No gráfico a seguir é possível observar algumas diferenças que foram identificadas nos assentamentos quando da realização da pesquisa amostral¹ do Censo Nacional de Reforma Agrária. No Rio Grande do Sul predominou a condição de parceiro (26,72%) como situação anterior à de assentado, enquanto que na Paraíba a grande maioria foi arrendatário (23,24%). No Rio Grande do Sul não existe a situação de foreiro que na Paraíba é da ordem de 10%; em contrapartida nenhum dos assentados paraibanos acamparam, condição normalmente necessária no Rio Grande do Sul para ser assentado e que nesta amostra ficou em 13,77% da população. A condição de assalariado no estado paraibano (16,97%) é superior a do Rio Grande do Sul (7,29%) em mais de 100%.

PERFIL DOS ASSENTADOS NO RIO GRANDE DO SUL E NA PARAIBA

¹ No Rio Grande do Sul a amostra do Censo nacional de Reforma Agrária atingiu 11,21 % da população assentada.



De um modo geral essas diferenças estão diretamente relacionadas à própria história de cada estado pois enquanto no Rio Grande do Sul os colonos vieram para esse estado na condição de proprietários, na Paraíba, os agricultores se encontravam na condição de agregados, dependentes dos grandes proprietários, dos latifundiários da região.

Um outro dado importante que permite observar as diferenças entre os dois Estados é a porcentagem por ano de ocupação da área pelos assentados. Enquanto na Paraíba 21,93 % dos assentados já ocupavam a área antes de 1960, no Rio Grande do Sul, neste mesmo período, havia apenas 0,08% de ocupantes. Mas no Sul, este número passa a ser significativo a partir de 1985, sendo que o maior percentual (35,72%) vai ocorrer somente após 1994. Em contrapartida no estado da Paraíba, para este mesmo período, o registro é de apenas 7,97% de assentados que já ocupavam a área.

Cabe ainda destacar que no Rio Grande do Sul, é justamente a partir do surgimento do Movimento de Agricultores sem Terra (MST) em 1984 como organizador oficial da luta pela terra e da reforma agrária ao nível nacional, que começam efetivamente as ocupações de terras. Na Paraíba pode se observar que as mesmas aumentaram também entre 1985 e 1994, mas voltaram a declinar após esta data (tabela 1).

TABELA 1
PORCENTAGEM POR ANO DE OCUPAÇÃO DOS ASSENTADOS

Período	<i>Paraíba</i> %	<i>Rio Grande do Sul</i> %
Antes de 1960	21,93	0,08
1960 – 1964	7,8	0,08
1965 – 1969	8,10	0,00
1970 – 1974	8,64	0,19
1975 – 1979	6,10	0,12
1980 – 1984	6,51	0,16
1985 – 1989	11,86	27,35
1985 – 1990	13,83	31,63
Apos 1994	7,97	35,72

Fonte : I Censo Nacional de Reforma Agrária

É bem verdade que o MST não teve igual atuação nesse estado nordestino, tanto que segundo os representantes da CPT, as lideranças nacionais do movimento chegaram a ir até lá mas sua forma de agir, de conduzir as negociações, de organizar o movimento entrou em choque com a das lideranças locais. Segundo informações desses líderes, o MST não respeitou a cultura local.

Na verdade, a estratégia de atuação do MST não é a mesma adotada pelos trabalhadores rurais na Paraíba. Enquanto o MST organiza grandes grupos para ocuparem as propriedades, independente da capacidade efetiva de trabalho da área escolhida com o objetivo de causar impacto e chamar a atenção de toda a sociedade, os trabalhadores rurais paraibanos se organizam em grupos proporcionais à capacidade produtiva da fazenda a ser ocupada, ou seja aqueles que ocupam a área serão os mesmos a serem ali assentados.

É comum no sul também a realização de acampamentos junto às cercas das propriedades, junto às rodovias de grande circulação ou ainda em frente à sede do próprio INCRA (como já foi feito por várias vezes) ou na praça pública diante do Palácio do Governo do Estado.

O trabalhador rural paraibano por sua vez é muito mais envolvido com o sindicato rural que o colono gaúcho. Na amostra do Censo Nacional de Reforma Agrária, 41,76% dos assentados paraibanos estavam ligados ao sindicato, enquanto que no RS eram apenas 25,34%. Mas com relação à participação em cooperativas, os assentados gaúchos somam 29,45% ao contrário dos paraibanos que ficam em 4,4%.

Quanto à participação da Igreja no movimento, esta é evidente nos dois estados tanto que na Paraíba, 58,9% dos assentados estão vinculados a algum movimento da Igreja e no RS este percentual é de 59,59%. (tabela 2)

TABELA 2
PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS EM ORGANIZAÇÕES – 1996

<i>Estados</i>	<i>Igreja</i> (%)	<i>Cooperativa</i> (%)	<i>Associação</i> (%)	<i>Sindicato</i> (%)
Paraíba	59,90	4,40	78,46	41,76
Rio Grande do Sul	59,59	29,45	17,47	25,34

Fonte : I Censo Nacional de Reforma Agrária - 1996

O destaque maior na Paraíba é no entanto a participação de seus assentados em associações dentro do próprio assentamento (78,46%) sem que isso signifique organização de trabalho coletivo pois neste estado não chega a 1% esta forma de exploração. No Rio Grande do Sul por sua vez o trabalho coletivo supera os 20% dos assentados, sendo inclusive este o percentual mais alto do Brasil e em muito superior à média nacional que é de 5,38%. (tabela 3)

Tabela 3
DISTRIBUIÇÃO POR FORMAS DE EXPLORAÇÃO DOS ASSENTADOS

Estado	Exploração individual (%)	Exploração coletiva (%)	Exploração mista (%)
Paraíba	95,29	0,97	3,74
Rio Grande do Sul	72,05	20,47	7,47

Fonte: I Censo Nacional de Reforma Agrária , 1996.

A razão dessas diferenças entre os dois estados pode ser compreendida se for estabelecida uma relação entre os percentuais de participação em cooperativas e de formas de exploração com o nível de escolaridade dos assentados. Isto porque no Rio Grande do Sul onde o cooperativismo e o trabalho coletivo destacam-se em relação à Paraíba é onde o percentual de analfabetismo entre os assentados é o mais baixo do Brasil ou seja é de 7,16% contra os 40,40% da Paraíba. Cabe ressaltar que 41,44% dos colonos assentados gaúchos completaram a quarta e/ou quinta série do ensino fundamental, enquanto que dos assentados paraibanos apenas 9,64% atingiu este nível. Em cada assentamento no RS, o Estado ou a Prefeitura, assume o compromisso de construir uma escola de ensino fundamental incompleto (até quarta-série).

É bem verdade que uma parcela significativa dos assentamentos do Rio Grande do Sul apresenta uma realidade que contrasta com a dos demais assentamentos do restante do Brasil, conforme nos mostra o último Censo Nacional de Reforma Agrária. E, soma-se a isso o fato de que os assentados do sul não estão apenas preocupados com a sua sobrevivência e de sua família, eles buscam mais do que isso pois procuram produzir com vistas às necessidades do mercado, diversificando ao máximo sua produção e principalmente estando atentos às mudanças e exigências estabelecidas pelo Mercosul. Este tipo de comportamento não foi observado nos assentamentos visitados na Paraíba, onde realmente produzir para sobreviver é o que mais desejam e isto, ficou claro, lhes basta, não aspiram nada mais além disso. Também as condições de moradia, de saneamento básico, de saúde são em tudo contrastantes entre os assentamentos desses dois Estados o que foi evidenciado a partir da pesquisa de campo.

Quanto à violência, esta, está presente na luta pela terra paraibana de uma forma muito mais marcante que no Rio Grande do Sul pois o poder político e a propriedade da terra estão lado a lado impedindo o acesso à terra, aos agricultores paraibanos. As ameaças de morte, os processos e as expulsões do país, fazem parte do cotidiano daquele que se engaja na luta pela terra no Estado da Paraíba. O medo e o sofrimento estão expressos no rosto de cada um dos agricultores paraibanos sem terra assim como a sua tenacidade na continuação de uma luta por algo que ele entende ser seu por direito, a terra.

Mas a história desses agricultores não é a mesma do colono do Rio Grande do Sul. O agricultor sem terra do sul é descendente dos colonos que no século XIX vieram para este país na condição de proprietários de uma colônia de terra (25 hectares). Esses colonos ainda hoje trazem consigo o mesmo espírito desbravador de seus ancestrais e a mesma concepção de unir seus esforços na busca de um mesmo objetivo. Por essa razão surgiram diferenças que não só persistem como também vão se acentuando e que dificilmente serão alteradas pois a cultura desses agricultores jamais será a mesma, embora vivam no mesmo país, no mesmo Brasil.

O sul do Brasil, especificamente o Rio Grande do Sul, é a região onde a colonização se fez presente ; onde a propriedade da terra não foi uma exclusividade dos latifundiários ; onde a tradição de enfrentar desafios na busca de novas terras é uma herança legada pelos colonos vindos no século XIX ; onde a tradição camponesa é elemento marcante ; onde as mulheres lutam lado a lado com seus maridos e companheiros ; onde procura se defender o direito à terra pacificamente ; onde a consciência política se desenvolve de forma coletiva ; onde a participação nos encaminhamentos das decisões políticas é uma constante entre os colonos ; onde o coletivo em muitos casos se sobrepõe ao individual ; onde a participação da Igreja e a religiosidade são significativas ; onde a busca de novas alternativas de produção com a aplicação de novas tecnologias é constante ; onde é consciente a necessidade de se integrar ao mercado produtor local, regional e até mesmo internacional ; onde a força política do MST é respeitada e por essa razão temida pelos latifundiários ; onde os assentamentos já são reconhecidos e valorizados ; onde os assentados possuem representação política não só ao nível local, como estadual e até federal ; onde se pensa a Reforma Agrária atrelada a uma política agrícola.

Em contrapartida, no Nordeste do Brasil, a ambição dos assentados e dos acampados já não é a mesma dos colonos do sul, pois ela se restringe a sobrevivência sua e de sua família. A posse da terra é prioritária em detrimento da sua forma de trabalho, pois dificilmente abrem mão de seu título individual de propriedade para transformarem o assentamento numa área de trabalho coletivo. É bem clara a ausência de uma visão mais empresarial, de uma visão mais coletiva dentro do assentamento, pois eles não têm por hábito nem por tradição se organizarem em cooperativas de produção e de comercialização, muito menos em cooperativa de crédito rural. Dificilmente um assentado nordestino abre mão do PROCERA

que lhe é destinado para junto com outros companheiros do assentamento adquirirem coletivamente implementos agrícolas necessários para o desenvolvimento da atividade agrícola, o que é uma prática mais corrente no Rio Grande do Sul. Enquanto o colono gaúcho tem sua história ligada à propriedade da terra mesmo que pequena, o agricultor nordestino foi durante muito tempo posseiro ou agregado nas grandes fazendas do Nordeste dependendo sempre da decisão e do poder do seu patrão a quem ele era eternamente grato. Para ele, plantar para sobreviver e vender alguma coisa no mercado local lhe basta. Para o colono do sul isso não é suficiente, pois ele já discute sua inserção no MERCOSUL, ele já disputa cargos políticos ao nível local e regional; suas mulheres estão presentes no movimento e são atuantes na estrutura organizacional do assentamento contribuindo na renda familiar; seus filhos são educados dentro de um programa de conscientização da sua condição de assentado e de valorização da vida do agricultor.

Essas diferenças em nada diminuem a tenacidade e a coragem dos agricultores sem terra paraibanos, muito menos o seu desejo por uma Reforma Agrária justa. O que se quer aqui evidenciar é que não se pode esquecer que as origens dos agricultores sem terra do Brasil são diferentes, a tradição camponesa não é a mesma, a sua história e a sua cultura não são as mesmas. Portanto ao se pensar Reforma Agrária tem que se pensar em cada uma dessas diferenças, considerá-las como ponto de partida e de apoio para a realização de um projeto dessa ordem. Não se quer para o Brasil esta Reforma Agrária que ora acontece feita a conta-gotas, assentamento por assentamento, como um paliativo para aliviar as tensões geradas a partir dos acampamentos e das manifestações dos agricultores sem terra. Reforma Agrária deve ter antes de tudo uma política agrícola adequada a essas diferenças regionais, ou seja deve trazer no seu bojo uma regionalização que efetivamente respeite essas diferenças histórico/culturais tão marcantes e tão significativas, identificadas entre os agricultores sem terra brasileiros.